



Gotad'água

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia

Ano XXX – Nº 13 – 25 de abril de 2016

DOUGLAS MELO



Fechadas novas cláusulas do acordo com a Cerb. Próxima reunião nesta segunda

Em nova rodada de negociação no último dia 18, foram fechadas quase todas as cláusulas idênticas e/ou similares do acordo coletivo com a Cerb. As restantes, que tratam de saúde e segurança no trabalho, serão discutidas na reunião marcada para esta segunda (25). Após essa etapa começa a discussão das cláusulas novas e de impacto econômico, mas para isso a comissão de negociação da empresa vai aguardar orientação da Secretaria de Administração do Estado (Saeb), o que só deve acontecer no final deste mês.

Quatro municípios discutem planos municipais

Os municípios de Barra do Mendes, Mirangaba, Miguel Calmon e Jacobina começaram a discutir a elaboração de seus planos de saneamento básico, conforme exigido pela Lei Nacional do Saneamento Básico (Lei 11.445/2007). As primeiras reuniões foram realizadas na semana passada, sob a coordenação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

O objetivo é elaborar programas, projetos e ações relacionados ao saneamento básico, sendo que as prefeituras são incentivadas a definir projetos de curto, médio e longo prazo. A participação do Comitê se dá porque ele é um órgão colegiado, integrado pelo poder público, sociedade civil e empresas usuárias de água com o objetivo de realizar a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da bacia.

SINDICATO QUER DISCUTIR COM GOVERNO SITUAÇÃO DA EMBASA E CERB
PÁGINA 3

EMASA ALEGA CRISE PARA ADIAR ENTREGA DE PROPOSTA PARA ACORDO
PÁGINA 2

NOVO ALERTA SOBRE AVANÇO DA PRIVATIZAÇÃO É DADO PELO OBSERVATÓRIO DO SANEAMENTO
PÁGINA 3

VISITA AOS PARQUES

Dando sequência às visitas aos parques da Embasa, dirigentes do Sindicato estiveram conversando com trabalhadores (as) de Bolandreira e de Candeias. Na pauta, entre outros assuntos, o acordo coletivo, parcerias público-privadas e revisão do plano de cargos e salários.

CÂMARA INICIA O GOLPE. PRÓXIMA BATALHA É NO SENADO
PÁGINA 2

Negociações com Embasa e empresas do grupo Odebrecht esta semana

Por solicitação da diretoria da Embasa, a negociação marcada para o último dia 20 foi cancelada e duas novas foram marcadas para esta semana: uma nesta terça (26) e outra na quinta (28). Nelas devem ser discutidas as cláusulas idênticas, similares e possivelmente as novas. A primeira reunião com a empresa aconteceu no último dia 7, mas serviu apenas para definir as regras da negociação.

GRUPO ODEBRECHT – A previsão para início da negociação com empresas desse grupo, para o último dia 19, não se confirmou, mas agora está confirmada para esta segunda (25). Serão reuniões com representantes de quatro empresas: Cetrel S/A, DAC, Cetrel Lumina e Jaguaribe. A única que falta confirmar uma data é a Odebrecht Ambiental.

EXTRATURNO – Finalmente, na semana passada, a Cetrel S/A forneceu contracheques de operadores (as) para que o Sindicato e a Justiça façam a conferência do cálculo, apresentado por ela, para o pagamento do retroativo do adicional de extraturno. Os contracheques já foram enviados para o calculista do Sindicato.

A entrega dos contracheques foi por determinação da Justiça e uma nova audiência, na ação de acordo do pagamento, está marcada para 7 de junho, e não dia 27 daquele mês, conforme erradamente informamos no boletim anterior. Já a primeira audiência com a DAC, também visando o acordo de pagamento do extraturno, é que está marcada para 27 de junho.

Alegando crise, Emasa adia entrega da proposta de acordo coletivo

A direção da Emasa alegou a crise no abastecimento de água vivida pelo município para adiar a entrega da proposta de acordo coletivo que havia prometido para o último dia 13, quando houve nova reunião com o Sindicato. De acordo com ela, a crise tem causado estragos na arrecadação da empresa, citando, entre outras coisas, o atraso no pagamento de fornecedores. Uma nova negociação ficou marcada para esta terça (26) e o Sindicato que pediu que nela estejam presentes o presidente e diretores da Emasa. Haverá assembleia no dia seguinte.

ITAJUIPE - A negociação do novo acordo coletivo no Saae de Itajuípe teve nova reunião no último dia 13, quando o gestor negou aumento de salário em maio, mas garantiu que será feita a reposição da inflação dos últimos 12 meses (maio de 2015 a abril de 2016). Foi formada uma comissão com trabalhadores representantes de vários setores da autarquia, que terá a missão de preparar uma proposta para ser discutida com o Saae na próxima negociação, nesta terça (26). Logo após haverá assembleia para discutir o resultado das negociações.

Câmara aprova o golpe. Batalha agora é no Senado



A Câmara dos Deputados abriu um precedente perigoso ao admitir o pedido de abertura de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, sem a comprovação do crime de responsabilidade, o que cria instabilidade institucional para qualquer presidente que vier a ser eleito (a) daqui pra frente. Foi um julgamento político, onde a oposição, sem aceitar o resultado das eleições, procura ganhar no chamado “tapetão” com o apoio da grande mídia, das elites e de parcela do judiciário.

A ação agora segue para o Senado, que é quem vai dizer se o processo deve ou não ser instaurado. Será montada uma comissão com 42 senadores, sendo 21 titulares e 21 suplentes, que terá dez dias para elaborar um parecer. A presidenta só será intimada e afastada caso o plenário do Senado decida que o processo deve ser instaurado.

Caso esse impeachment sem base legal se confirmar no Senado, ficará sempre

a dúvida se as próximas eleições terão validade, se o voto será soberano ou não, se a vontade do povo vai ser respeitada ou não. Caso o resultado das urnas não agrade às elites, ela poderá novamente se aliar à grande mídia e às forças conservadoras para manipular mais uma vez a opinião popular e concretizar um golpe atrás de outro. Haverá, assim, uma crise permanente no país.

A data de 17 de abril de 2016 entra na história da nossa jovem democracia como um marco de vergonha. Deputados (as) com justificativas tolas e indecorosas, desrespeitando o eleitorado ao votar “em nome do meu filho”, “em nome do meu neto”, “em nome de minha mulher/marido” e coisas tais, todos (as) comandados por um réu, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que tem contra si processo tramitando no Supremo Tribunal Federal pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro decorrentes da Operação Lava Jato. Aliás, nessa mesma ope-

ração 37 deputados e senadores estão sendo investigados.

Curiosamente, muitos (as) votaram pelo fim da corrupção, numa hipocrisia sem tamanho. Na verdade, querem retirar Dilma para “abafar” as investigações que pesam sobre eles (elas). O juiz Sérgio Moro já disse que a Lava Jato deve terminar em dezembro, como se o combate ao crime tivesse data para acabar. Mas os (as) nobres deputados (as) querem que a operação termine logo e remover Dilma é fundamental para isso.

Não apenas as atuais gerações, mas também as futuras saberão que o verdadeiro nome do que aconteceu na Câmara é golpe e vão conhecer os nomes de cada um dos (das) golpistas que atacaram a nossa democracia, num desrespeito aos mais de 54 milhões de votos obtidos por Dilma Rousseff em 2014 e a todos aqueles que nas últimas semanas foram às ruas se manifestar contra esse golpe. A militância se fez presente em todos os momentos da resistência, incluindo a nossa categoria.

A classe trabalhadora deve ficar bem atenta, pois a articulação do golpe é o prenúncio de um forte ataque aos direitos trabalhistas e sociais. Vamos resistir e acompanhar o processo no Senado. Estamos na Luta!

Observatório do Saneamento alerta para avanço da privatização e cobra mobilização social

JÚLIA GUEDES

Independente do resultado da votação do impeachment, no último domingo, as forças conservadoras vão ampliar suas lanças para estabelecer um grande e perigoso retrocesso nos direitos sociais e trabalhistas e forçar o processo de privatização no país, incluindo o setor de saneamento. Essa foi a avaliação predominante na reunião realizada pelo Observatório do Saneamento Básico da Bahia, na última terça (12), no Sindae.

Os integrantes do Observatório destacaram que, nesse ambiente de crise política e econômica, a classe trabalhadora e a sociedade precisam fazer forte mobilização para impedir o processo de privatização. Isso porque os poucos recursos disponíveis pelo governo serão retirados para promover o equilíbrio das contas, sem contar que já foi feito um corte de 50% e 70% nos orçamentos do Ministério das Cidades e da Funasa, respectivamente, órgãos ligados diretamente ao saneamento.

ENTREGUISMO – A situação da Bahia também foi analisada e tida como um caso lamentável de entreguismo, tal é a política implementada pelo governo estadual. Aqui está em curso uma ofensiva em que se vislumbra desde a abertura do capital da Embasa até



a implantação de parcerias público-privadas (PPP's) em Salvador, Feira de Santana e Itabuna, seja com a Odebrecht e outras empresas brasileiras, seja também com grupos chineses (recentemente o governador Rui Costa esteve em viagem à China).

Na visão dos integrantes do Observatório, o governo baiano tem promovido um desmonte no setor, englobando tanto a Embasa quanto a Cerb, onde força o desligamento sumário de aposentados (as). Separou áreas do saneamento, fatiando atividades entre secretárias, não tem uma política de saneamento (o plano estadual está sem regulamen-

tação), só se preocupa em tocar obras, a Entidade Metropolitana não funciona e a Agersa (agência reguladora) é mantida esvaziada.

Nesse cenário sombrio e difícil, o Observatório pretende lançar uma Nota Técnica brevemente para entregar ao governo e parlamentares, apontando para a gravidade do uso de PPP's no setor e a necessidade urgente de estabelecer uma política. Também está sendo analisada a possibilidade de se fazer um seminário, ainda neste semestre, para discutir as questões do saneamento com prefeitos, vereadores, parlamentares e entidades da sociedade civil da Região Metropolitana de Salvador.

Sindicato quer discutir com governo situação da Cerb e Embasa

A direção do Sindicato vai tentar marcar esta semana uma reunião com o secretário de Relações Institucionais, Josias Pires, e o governador Rui Costa, para discutir a situação da Cerb e da Embasa. Nesta última ronda o perigo da implementação de parcerias público-privadas (PPP's) em Salvador, Feira de Santana e Itabuna, numa forma disfarçada de privatizar os serviços de água e esgotamento sanitário.

O Sindicato quer apresentar ao governo elementos técnicos que indicam que o uso dessas parcerias acarretarão prejuízos à Embasa e sobretudo à população, haja vista inúmeros problemas ocorridos em diversos países que utilizaram formas de privatização no setor. Outro exemplo que aparece agora está na Arena Fonte Nova, uma PPP comandada pelo consórcio Odebrecht/OAS (ver matéria neste boletim). A saída está na melhoria da gestão, em maior investimento e numa efetiva participação da sociedade sobre as ações nessa área.

SITUAÇÃO DA CERB – Depois de encontros com parlamentares, representantes do governo e com a direção da empresa, feitos recentemente, o Sindicato agora quer se reunir diretamente com o secretário Josias Gomes e o governador Rui Costa para demonstrar o grave erro com o afastamento de aposentados (as). A mar-

cação desses encontros será feita tão logo seja concluído um documento que está sendo preparado por técnicos da empresa.

Não bastasse a ameaça de extinção da empresa, o afastamento de aposentados (as), se tocado à frente, já indica a intenção de sucateá-la, pois estará sendo afastada parte expressiva da sua memória viva, uma vez que não é dado tempo para que experientes técnicos (as) repassem para os (as) mais jovens, oriundos do recente concurso, todo o conhecimento adquirido em décadas de trabalho.

Documento preparado em conjunto pelo Sindicato e trabalhadores (as), e enviado recentemente ao governador, está dito que o desligamento sumário de aposentados (as) vai gerar vazio de competências, passivos trabalhistas (devido a processos de reintegração) e diminuir a capacidade de atendimento à população que necessita de saneamento rural. Tudo isso no momento em que o governo tem uma meta de perfurar 600 poços este ano, pretende ampliar centrais de manutenção de saneamento e quer transferir 27 barragens da Embasa para a Cerb.

Além disso, o Sindicato irá cobrar do governo que a ocupação dos cargos de chefia e direção seja feita por empregados (as) do quadro próprio. Já se comenta que

o governo quer trazer um “estrangeiro” da Bahia Pesca para ocupar uma diretoria na área de perfuração, afastando do cargo um experiente engenheiro da empresa.

APOIO JURÍDICO – O Sindicato está disponível para dar apoio jurídico aos (às) aposentados (as), sobretudo em processos de reintegração. De um total de quase 300 aposentados (as) existentes na empresa, 13 tiveram a rescisão do contrato homologada na última terça (19), no Sindicato.

“É muito difícil
você vencer a
injustiça secular,
que dilacera o Brasil
em dois países
distintos: o país
dos privilegiados
e o país dos
despossuídos.”

Ariano Suassuna

CONTRATO ILEGAL

Fonte Nova é um retrato de PPP: superfaturamento de obra aumenta lucro dos parceiros privados

Após seis anos de tramitação, o processo sobre o contrato de parceria público-privada (PPP) da Arena Fonte Nova, em Salvador, foi considerado ilegal pelo Tribunal de Contas da Bahia (TCE), em julgamento realizado no último dia 12. A principal irregularidade apontada pelos conselheiros é um sobrepreço (valor acima do normal) de R\$ 460 milhões na construção do novo estádio, além da ausência de informações do projeto básico e de planilhas de custo indicando o valor global da obra.

O TCE deu prazo de 120 dias para o governo do estado apresentar o estudo de readequação econômico-financeira do contrato firmado com a Fonte Nova Participação (FPN), que é o consórcio formado pelas construtoras OAS e Odebrecht, responsável pela construção e gerenciamento da arena. O relator do processo, Pedro Lino, chegou a defender a nulidade do contrato e a redução em até 50% no repasse

feito pelo estado ao consórcio, que é de R\$ 12,3 milhões mensais. A proposta dele não foi acatada. O valor global do contrato é de R\$ 2,365 bilhões.

O resultado desse julgamento é o retrato que se vê nos contratos de parceria público-privada país afora: o governo entra com o dinheiro, através de empréstimos a juros subsidiados, e o parceiro privado pouco investe e tem a garantia de lucro no negócio. No caso acima, um lucro ainda mais generoso, dado ao sobrepreço praticado e que a sociedade está pagando. Vale lembrar que as duas construtoras do consórcio (OAS e Odebrecht) estão afundadas em casos de corrupção. Não bastasse isso, a Odebrecht está sendo incentivada pelos governos do estado e dos municípios a entrar em PPP's na área do saneamento, especialmente em Feira de Santana e Itabuna. É a certeza de que muito dinheiro vai escoar pelo esgoto.

Cerb é novamente investigada por terceirização ilegal

O Sindicato foi chamado a participar de audiência no Ministério Público do Trabalho, na última quarta (20), em investigação sobre o processo de terceirização na Cerb, após denúncia apresentada por dois aprovados no concurso realizado em 2012. Ao que tudo indica, os procuradores irão abrir nova ação civil pública contra a empresa.

O Sindicato confirmou a existência de terceirização ilegal na empresa e informou que, até agora, nenhuma explicação foi dada para que todos (as) os (as) aprovados (as) no concurso não tenham sido chamados (as), além do fato da Cerb estar promovendo o desligamento sumário de vários aposentados (as), estando, assim,

abrindo vagas no serviço.

A Cerb corre o risco de voltar a ser condenada pela contratação abusiva e ilegal de terceirizadas. Em processo de 2009, ela foi condenada a pagar R\$ 100 mil de dano moral, mas, por causa dos recursos que deu entrada, o cumprimento dessa decisão só aconteceu no último dia 18, quando recolheu, acrescidos de juros e correção, o valor de R\$ 180.354,98 em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), junto à Caixa Econômica Federal. No mesmo processo, a Justiça decretou a nulidade dos contratos com a Geohidro e Hidrosistem e proibiu a Cerb de voltar a contratar com essas empresas, sob pena de multa diária.

TOMENota

ABERRAÇÃO

Técnicos de segurança e integrantes da Cipa fizeram uma blitz na unidade da Embasa em Feira de Santana no último dia 14 e encontraram um caminhão do serviço de esgoto com pneus carecas. No aço, como se diz popularmente. O veículo foi interditado em razão do perigo que representava para o motorista e para a sociedade. Mas interditado ficou pouco tempo, pois a gerência do setor passou por cima do laudo de interdição e mandou o carro para o serviço de rua. Quando acontece uma tragédia ninguém vai querer assumir a culpa...

RECADASTRAMENTO

Associados (as) que têm processos em andamento na justiça, através do Sindicato, e que mudaram de endereço e ou telefone, devem entrar em contato com Elisabete, do nosso setor jurídico, para atualizar seus dados cadastrais, a fim de facilitar o contato entre o Sindicato e o (a) associado (a) e evitar possíveis prejuízos no processo.

SOFRIMENTO

Empregados da "gata" Vipac, que prestam serviços de segurança à Embasa, estão recebendo salário com vários dias de atraso e clamam por providências. Tem sido sempre assim, sofrimento e prejuízo, pois todos têm compromisso com data certa para honrar. Curioso é que muitos deles são ex-empregados da Pontseg, que agia de forma semelhante (inclusive sem pagar parcelas rescisórias) e que, por isso, tem processo na justiça contra ela (e contra a Embasa).

CESTA BÁSICA - I

Pesquisa feita pelo Dieese indica que em março houve aumento no preço da cesta básica de alimentos em 16 das 27 capitais do país. Salvador registrou a terceira maior alta, com 3,22%, só superada por Vitória (4,19%) e Palmas (3,41%). As maiores reduções de preços na cesta básica ocorreram em Manaus (-12,87%) e Boa Vista (-7,05%). Brasília foi a capital com maior custo da cesta básica (R\$ 444,74), seguida de São Paulo (R\$ 444,11) e Florianópolis (R\$ 441,06).

CESTA BÁSICA - II

Depois de registrar redução em fevereiro, o aumento da cesta básica (3,22%) em Salvador, no mês passado, fez com que o custo dela pulasse de R\$ 337,84 para R\$ 348,71. Mesmo assim, em março a cesta de Salvador foi a quinta mais barata dentre as das 27 capitais pesquisadas. No acumulado deste ano (janeiro a março), a variação da cesta foi de 10,97%. A carne bovina foi o único produto que teve redução de preço na capital baiana, mesmo assim insignificante (-0,04%).

Gotad'água

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia (Sindae), filiado à FNU/CUT;
Responsabilidade: Diretoria Executiva;
Editor: José Sinval Soares;
Comp. e Impressão: Gráfica do Sindae;
Tiragem: 8.000 exemplares;
Endereço: Rua General Labatut, nº 65, Barris. Salvador – Bahia
CEP: 40.070-100; Tel.: (71) 3111-1700; Fax: (71) 3013-6913
Email: sindae@sindae-ba.org.br



siga-nos: [f /sindaeba](https://www.facebook.com/sindaeba) [ig /sindaeba](https://www.instagram.com/sindaeba) [t @sindaebahia](https://twitter.com/sindaebahia) [yt /user/sindaeba](https://www.youtube.com/user/sindaeba)